



Festa

Fé e Festa

LUAN FAITANIN VOLPATO
GENILDO C. HAUTEQUESTT FILHO

festa

LUAN FAITANIN VOLPATO
GENILDO C. HAUTEQUESTT FILHO



FICHA TÉCNICA

Fotografias

Luan Faitanin Volpato

Projeto Gráfico e Diagramação

Luan Faitanin Volpato

Texto e Coordenação Técnica

Genildo Coelho Hautequestt Filho

Revisão Gramatical

Sara Moreira Amaral

Apoio

Gracal Gráfica e Editora
Associação de Folclore de
Cachoeiro de Itapemirim

Tiragem

700 exemplares

Impressão e acabamento

Gracal Gráfica e Editora

© 2018 Todos os direitos reservados.



Catálogo na fonte
Maria Lúcia Damasceno Fernandes - CRB-6/MG Nº 238-ES
Bibliotecária da Biblioteca Pública Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim - ES

V896f Volpato, Luan Faitanin
Fésta: fé e festa / Luan Faitanin Volpato; Genildo Coelho
Hautequestt Filho. – Cachoeiro de Itapemirim (ES): Gracal,
2018.
102 p.

ISBN 978-85-65435-10-9

1. Cultura popular – Cachoeiro de Itapemirim (ES) –
Usos e costumes. 2. Cultos afro-brasileiros – Cachoeiro
de Itapemirim (ES). I. Hautequestt Filho, Genildo Coelho. II.
Título.

CDD 306.098152

PREFÁCIO

Publicar mais um livro que tem como tema o Patrimônio Imaterial de Cachoeiro de Itapemirim, com imagens do fotógrafo Luan Faitanin Volpato e texto de Genildo Coelho Hautequestt Filho, é, para nós, da Associação de Folclore de Cachoeiro de Itapemirim, uma bela oportunidade de difusão e valorização de nossa cultura.

O título do livro, junção das palavras “fé” e “festa”, já enuncia a forma como serão tratados dois dos mais importantes valores da cultura brasileira: a fé, baseada na devoção pelos santos e guias de luz, e a festa, como elemento agregador da comunidade e renovador desta devoção. Com texto simples e permeado de belas imagens, conseguimos nos aproximar um pouco mais da cultura de nosso povo.

A Associação de Folclore de Cachoeiro surgiu em 2001 com o objetivo de salvaguardar, difundir e fortalecer nossas referências culturais tão ameaçadas pelo acelerado crescimento da cidade de Cachoeiro

de Itapemirim. Nos últimos 20 anos, através da produção de documentários, edição de livros, promoção de oficinas de transmissão de saberes, apresentações culturais e exposições, temos buscado a apropriação simbólica por parte dos cachoeirenses de seu patrimônio imaterial.

Infelizmente, nos últimos anos temos notado um grande crescimento da intolerância racial e religiosa em nossa cidade, reflexo de uma tendência brasileira e mundial. Esses radicalismos também podem ser observados em muitos dos meios de comunicação locais, que, diferentemente do que ocorria entre o final dos anos 1990 e os anos 2000, voltaram, muitas vezes por preconceito, a invisibilizar nossa cultura popular.

O livro é o resultado de pesquisas e registros da vida e das práticas culturais de nossos mestres e seus grupos, verdadeiros tesouros vivos do estado do Espírito Santo.

Boa leitura!

Associação de Folclore de
Cachoeiro de Itapemirim

PALAVRA DOS AUTORES



LUAN FAITANIN VOLPATO

Publicitário, fotógrafo e designer gráfico.

Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda e pós-graduado em Artes Visuais: Cultura e Criação.

Fotografias integrantes das seguintes exposições:

Todas as faces de Maria; I Salão de Arte Fotográfica de Cachoeiro de Itapemirim; VII Salão de Artes Levino Fanzeres; Miradas del Cotidiano; O mundo que se vê, o mundo que se sente.

Fotografias integrantes dos seguintes livros: Fésta; Espírito Santo; Todas as faces de Maria; No tempo da onça; Palavra de Mestre; Você compra minha história? (Volumes I e II).

Fotografia premiada no Concurso Nacional de Fotografia Veolia Water Fotógrafos da Natureza (2012).

Fotografia finalista no Concurso de Fotografia de Meio Ambiente Unimed Sul Capixaba (2012).

Confesso que a cultura popular cachoeirense nunca foi muito presente em minha infância e adolescência, talvez em virtude do distanciamento que a escola, a universidade e a mídia acabam ocasionando ao não darem a devida visibilidade e importância à nossa cultura e seus portadores.

Mas, em minha infância, lembro-me de que na vizinhança comentava-se que “era época das folias de reis passarem”. Porém, as histórias que contavam das folias faziam com que eu tivesse um certo temor a respeito delas: pessoas fantasiadas que vinham acordar a todos bem cedo, abrindo portões sem serem autorizadas e fazendo algazarra nas janelas das casas.

Achava aquilo muito estranho, mas nunca cheguei a presenciar uma folia de reis passando pela minha rua naquela época, para poder tirar minhas próprias conclusões. Então, guardava na memória aquelas histórias e ficava sem respostas para minhas dúvidas. A única tradição cultural/religiosa que pude vivenciar em minha infância foi a distribuição de doces no dia de São Cosme e São Damião. Ainda tenho lembranças desses momentos tão aguardados pela garotada da rua, mas que acabaram ficando de lado com o passar do tempo.

Após alguns anos e depois de momentos muito pontuais de contato com elementos da cultura popular local, surgiu a oportunidade de realizar — por meio da Associação de Folclore de Cachoeiro e de seu gestor de projetos, Genildo Hautequestt — o que até então seria um trabalho inédito para mim: fotografar uma festa no quilombo de Monte Alegre.

Porém, logo descobri que era mais que um trabalho, era a porta de entrada para algo muito maior: era uma oportunidade ímpar que eu estava tendo para conhecer e compreender o que se rea-

liza de mais singular, em termos de festas tradicionais, em nossa região e por nossa gente.

E foi assim que, em 2012, na ocasião do Raia da Liberdade, que ocorre todo dia 13 de maio, pela primeira vez, a arte da fotografia me concedeu o privilégio de ficar mais próximo dos grupos folclóricos de Cachoeiro. Dali em diante, vieram muitas descobertas, e, com elas, o mais puro encantamento. Encantamento por presenciar pessoas simples exercendo e reforçando suas tradições de maneira tão bela, sincera, relevante e necessária, expressando seus ideais, suas crenças, seu passado, seu presente e pavimentando seu caminho para o futuro.

Cada vez que preparo a câmera para iniciar um trabalho, me preparo para realizar uma sequência de recortes da realidade; porém, mais que documentá-la, minha missão é evidenciar e deixar transparecer toda a verdade de tantas expressões de fé e de festa, eternizadas em rostos, sorrisos, gestos, movimentos e cores. E simplesmente sigo descobrindo mais, aprendendo sempre e aprimorando meu olhar sobre tudo isso. O resultado visual desses encontros mágicos já se concretizou em lindos projetos, que extrapolaram as fronteiras da cidade, caminharam pelo nosso estado e ganharam o mundo.

Aqui, nesta obra, existe uma mínima e cuidadosamente selecionada parte de tudo o que já vivenciei e registrei junto a grandes realizadores da cultura cachoeirense e capixaba, e, cada vez que aponto minha lente para qualquer pessoa ou manifestação cultural, é com profundo respeito, admiração e satisfação que o faço. A fotografia permite enxergar melhor, livrar-se de preconceitos e intolerâncias, valorizar o outro e entender que, acima de tudo, cultura significa interconexão — de pensamentos, de ideais, de vidas.



GENILDO C. HAUTEQUESTT FILHO

Para compreendermos o patrimônio imaterial, antes de mais nada, é preciso despirmo-nos dos preconceitos que são incutidos pela criação familiar, pelo convívio religioso, pela escola e até pelo Estado. Peço licença ao leitor para aqui registrar minha experiência pessoal de quebra de preconceitos recebidos por herança familiar e religiosa.

Eu ainda era criança, quando, em Barra de Itapemirim, hoje município de Maratáizes, entre o final da Páscoa e o dia de Pentecostes, aparecia aquele grupo de homens vestidos de branco com uma bandeira à frente, toda ornada de fitas coloridas, passando pela rua da casa de minha avó.

Quando o grupo passava, ela fechava todas as janelas e mandava que nós entrássemos em casa porque não poderíamos ter contato com aquelas pessoas, pois aquilo “não era coisa de Deus”. Na verdade, eram homens de muita fé que peregrinavam com a bandeira do Divino Espírito Santo, esmolando para arrecadarem fundos para a festa de Pentecostes.

Lembro-me também que, no silêncio das noites de junho, ouvíamos o toque de tambores vindos de muito longe. Quando uma vez perguntei que som era aquele, somente depois de muita insistência é que tive a resposta: — São macumbeiros, adoradores do diabo.

Mas aquele som me chamava, chamava tanto, que, um dia, após todos irem dormir, saí escondido à noite, de bicicleta, e segui o som até chegar ao bairro Santo Antônio, em Vila de Itapemirim, a três quilômetros da casa dos meus avós. Quando vi aquele monte de negros cantando e dançando ao som dos tambores, ao lado de uma grande fogueira, concluí: eram os macumbeiros!

Fiquei alguns minutos vendo aquela cena, e, tomado pelo medo do pecado que estava cometendo,

voltei “correndo” para casa, pedindo perdão a Deus. Na verdade, era o grupo de jongo de Itapemirim, que, nessa época, era comandado pelo mestre Bento.

Somente consegui ir aos poucos quebrando meus pré-conceitos quando, já adulto, com 29 anos de idade, em função de meu trabalho, visitei um terceiro no bairro Zumbi, em Cachoeiro de Itapemirim, que era que era dirigido pela Mãe de Santo Niecina Ferreira de Paula Silva, a Dona Isolina. Nesse dia, toda a minha antiga fé e os preconceitos que vinham dela caíram por terra! Só vi naquele lugar harmonia, respeito e paz. Não vi o mal, muito pelo contrário, encontrei o bem.

E depois desta experiência, muitas outras se sucederam sempre com a presença de pessoas de muita fé, como Dona Canutinha, Dona Erotides, Dona Ilinha, Dona Ormyr, Don Gildo, Dona Terezinha, Seu Adílio, Seu Areno, Seu Izaías, Seu João Inácio, Seu Zé Palhaço, Amarildo, Luzia, Paulinho, Wilson e... Maria Laurinda! Nesse percurso, tive a companhia de pessoas que foram muito importantes nessa caminhada, como Joelma Consuelo, Isabel Cristina Bastos, Cida Campos e Rosinêz Machado, e também de pessoas que toparam essa viagem, como Dário Dias, Diego Scarparo, Luan Volpato, Maria Elvira Tavares, Renilson Chagas, Rosângela Venturi e Wagnos Pirovani. Mas, em Cachoeiro, tudo começou pelo secretário de Cultura da época, Dr. Higner Mansur.

E lá se vão 20 anos aprendendo e registrando todos esses saberes, que, por afeto e confiança, são compartilhados comigo. A cada dia o respeito pelos mestres e pelos grupos tradicionais ganha novos contornos e aprendizagens, que vão me alimentando e fazendo com que me sinta com parte de cada um dos grupos tradicionais de nossa cidade. Embora hoje morando na capital, continuo sempre por perto, sempre aprendendo.

FOLCLORE OU CULTURA POPULAR?

O termo **folclore** em alguns ambientes é visto com preconceito, principalmente quando se refere às manifestações que têm como tradição a cultura negra, que normalmente costumam ser identificadas com as religiões de matrizes africanas.

A Carta do Folclore Brasileiro de 1995¹ define folclore como “o conjunto de criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social”. A Carta também entende os termos **folclore** e **cultura popular** como equivalentes, defendendo que a expressão **cultura popular** deve ser sempre mantida no singular.

Para Antônio Gramsci (1978 apud Ferretti 2003, p. 27), o folclore “deve ser estudado e compreendido como concepção do mundo e da vida, em grande parte implícita, de determinados estratos da sociedade, em contraposição às concepções oficiais do mundo”.

Não é possível entender manifestações culturais como a Folia de Reis, o Bate Flechas de São Sebastião e a Charola de São Sebastião apenas como brincadeiras, uma vez que elas possuem um profundo significado religioso.

Outras manifestações como, por exemplo, o caxambu, já se afastaram quase que definitivamente dos terreiros, perdendo seu caráter religioso — pelo menos entre os integrantes mais jovens dos grupos. O processo de folclorização patrocinado pelo Estado nas últimas décadas contribuiu para o agravamento desse cenário. É preciso achar novos caminhos para a sobrevivência desses saberes na contemporaneidade.

Alguns grupos de Bate Flechas de São Sebastião, por exemplo, foram buscando novas estratégias ao transformarem parte do ritual religioso de devoção a São Sebastião, o “Santo Mártir Guerreiro”, em uma apresentação cultural que pode ser levada a ambientes públicos e não somente praticada nos terreiros. Com essa mudança, os grupos passaram a

ter um fardamento que deverá sempre se destacar em relação aos demais grupos. Com a intensificação do processo de urbanização nos últimos 40 anos, as flechas deixaram de ser produzidas com varas de café, num processo de colheita e preparação ritual, e as flautas de taquara foram substituídas por instrumentos de sopro industrializados, como trompete, trombone, bombardino, entre outros.

O compromisso de fé, em alguns casos, também começa a ser deixado de lado. Na folia de reis, por exemplo, já se tornou hábito que os sanfoneiros cobrem um “cachê” para tocarem durante a jornada do ciclo natalino. A maioria dos palhaços preocupa-se mais com as ofertas que recebem durante a jornada do que com a promessa que devem cumprir.

Apesar de a maior parte das manifestações folclóricas possuir uma relação muito próxima com a religião, devemos ter o cuidado de não confundir as práticas religiosas com as apresentações folclóricas, mesmo que estas tenham a religião em suas origens, como no caso do Bate Flechas de São Sebastião.

Em 1976, quando se fez na Bahia o movimento para desvincular os cultos afros da obrigação de pagamento de taxas na polícia para a realização de seus ritos, a Federação Baiana de Cultos Afro-Brasileiros argumentava justamente que os cultos religiosos não devem ser considerados atos folclóricos (BRAGA, 1995, p. 181-182, apud FERRETTI, 2003, p. 30).

O conceito de cultura popular é muito mais amplo que o conceito do folclore. Matthias Röhring Assunção destaca que

[...] a cultura popular não é meramente residual e apolítica, nem um sistema completo de contracultura para além da influência da cultura de elite, mas sim um complexo conjunto de subsistemas parcialmente sobrepostos e re-

lacionados contendo elementos tanto de ideologia “contra-hegemônica”, quanto da ideologia dominante (ASSUNÇÃO, 2003, p.47).

Por este motivo, o autor justifica o uso do termo **culturas populares** no plural.

O arquiteto Carlos Lemos disse certa vez que “o Brasil não passa de um arquipélago de ilhas culturais” (LEMOS, 2009, In: CURUZ, 2010, p. 7), por isso não podemos mais estudar a formação de nossa cultura a partir do mito das três raças de Darcy Ribeiro. Fazendo isso, desconsideraremos todas as etnias de nossos índios, todas as diferenças culturais presentes nas diversas regiões de Portugal, todas as etnias dos africanos que violentamente foram trazidos ao Brasil e também o grande contingente de imigrantes de todas as partes do mundo que recebemos a partir do século XIX. Vendo dessa forma, igualmente desconsideramos as maneiras como foram estabelecidas as relações sociais em cada região do país, além da relação de desequilíbrio entre os portugueses, as populações ameríndias e os negros escravizados.

No século XIX o Brasil já era reconhecidamente um país mestiço, conforme relata o suíço Louis Agassiz (1868, p. 71):

[...] que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental.

Esta visão, hoje considerada distorcida, que foi difundida entre o final do século XIX e início do século XX, é analisada pela antropóloga Lília Moritz Schwarcz em seu livro “O Espetáculo das raças”², que estuda o período em que convivem o racismo cientificista e o liberalismo político.

Contrapondo-se à visão novecentista, Gilberto Freyre, em “Casa Grande & Senzala”, publicado no ano de 1933, confronta as doutrinas de branqueamento do Brasil; entretanto, este que não é considerado um livro antropológico, “cria” o conceito de

democracia racial. O autor dizia que, diferentemente dos Estados Unidos, onde existiam, por exemplo, leis contra casamentos interétnicos, a convivência entre negros e brancos no Brasil é a que mais se aproxima de uma democracia racial no mundo, mesmo reconhecendo não ser esta uma democracia pura.

O fato é que, independentemente deste pensamento que, na década de 1950, foi contestado por Florestan Fernandes e Roger Bastide, no Brasil, talvez mais que em outros países, o processo de hibridação cultural gerou um patrimônio imaterial riquíssimo impresso em nossa cultura popular.

Néstor García Canclini (2001, p. XIX) usa o termo hibridação entendendo como

[...] processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Cabe esclarecer que as estruturas chamadas discretas foram resultados de hibridações, razão pela qual não podem ser consideradas fontes puras.

A hibridação pode ser considerada também uma estratégia utilizada por grupos para se apropriarem dos benefícios da modernidade.

Podemos observar que, com o processo de folclorização, cada vez menos os rituais vinculados ao patrimônio imaterial deixam de ser encenados diante das divindades, passando a ser encenados apenas diante de outros homens. Em contrapartida, a preocupação com a indumentária e com o rigor estético da performance é crescente entre os grupos remanescentes, e essas preocupações estão gradativamente afastando seus membros do sentido original dessas práticas. Mas talvez seja essa a única forma de sobrevivência dessas manifestações na atualidade.

A sociedade contemporânea é marcada pela desterritorialização, consequência da mobilidade das populações — seja do campo para a cidade, seja entre regiões do mesmo país ou mesmo entre países.

Nos processos de preservação e gestão do patrimônio imaterial, o Estado preocupa-se mais com os bens do que com seus portadores, como constata Canclini (2001):

[...] interessam mais os bens culturais — objetos, lendas, mú-

¹ COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. **Carta do Folclore Brasileiro**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>. P. 1. Acesso em 1º de fevereiro de 2017.

² SCHWACZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das raças — Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

sicas — que os agentes que os geram e consomem. Essa fascinação pelos produtos, o descaso pelos processos e agentes sociais que os geram, pelos usos que os modificam, leva a valorizar nos objetos mais sua repetição que sua transformação (CANCLINI, 2001, p. 211).

No ano de 2000, o Governo Brasileiro editou o Decreto 3.551, que *“Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro”*. O Decreto divide o patrimônio imaterial em quatro categorias, que poderão ser registradas de acordo com suas características nos livros de Registro dos Saberes, de Registro das Celebrações, de Registro das Formas de Expressão e de Registro dos Lugares.

Tal política, embora seja importante para a preservação e a difusão de conhecimentos de comunidades tradicionais brasileiras, cria dois problemas: o primeiro diz respeito ao processo de escolha, porque toda escolha pressupõe exclusões, e o segundo diz respeito à implementação do “plano de salvaguarda”, que pouco ou nenhum resultado tem trazido para alguns grupos registrados, como é o caso dos caxambus do Espírito Santo.

As perguntas centrais são: o que muda na vida dos grupos que são certificados? Eles deverão passar por um processo de folclorização para sobreviverem e participarem das ações do “plano de salvaguarda”? Como o Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN — verá as adaptações desses grupos à modernidade? O Conselho Consultivo manteria o registro, por exemplo, de uma folia de reis do Rio de Janeiro que, com o tempo, passou a tocar suas toadas em ritmo de funk?

Com apenas 18 anos de implementação desta legislação, talvez ainda seja cedo para responder a essas questões. Fato é que, para o bem ou para o mal, a cultura popular começou a ser cada vez mais valorizada; entretanto, em alguns casos, essa valorização tem a ver diretamente com os interesses de governos e da “indústria”³ cultural e turística. Em muitos lugares como, por exemplo, no Maranhão, o bumba meu boi se transformou em um dos principais “produtos” de atração de turistas para o estado durante os festejos do folguedo. Na

cidade de Goiás, a centenária procissão do Fogaréu, originalmente religiosa, se transformou em um grande espetáculo turístico e também político. Durante os dias da festa, o Governo do Estado de Goiás é simbolicamente transferido para a cidade.

No Espírito Santo, a festa de São Sebastião de Itaúnas talvez seja o melhor exemplo deste processo de captura das tradições culturais populares pela “indústria” do turismo. Nela, as batalhas entre mouros e cristãos, representadas pelo grupo de Alardo de São Sebastião, dão a tônica da festa que atrai centenas de turistas.

Em Cachoeiro de Itapemirim, cada vez mais, os grupos locais têm sido invisibilizados, seja pela ausência de políticas públicas de apoio a essas manifestações culturais, seja pela implementação de políticas equivocadas, e mesmo pelo preconceito que os grupos e seus integrantes têm sofrido. E esse preconceito pode ser observado no ambiente escolar, em função do despreparo dos educadores para abordagem desse tema, e também na imprensa local, que, por desconhecimento e/ou posicionamento religioso de alguns editores e jornalistas, tem desconsiderado essas manifestações como produção da cultura cachoeirense. Dessa maneira, cada vez mais os grupos ficam restritos às periferias e à zona rural do município, alimentando ainda mais esse processo de invisibilização.

Cachoeiro de Itapemirim possui uma grande diversidade de grupos de cultura popular, que atualmente têm mais visibilidade e respeito em outras regiões do Espírito Santo e por parte de instituições estaduais e federais. Nossos caxambus, por exemplo, são certificados como Patrimônio Cultural do Brasil pelo IPHAN, e alguns de nossos mestres são ganhadores de prêmios estaduais e até nacionais. Livros, documentários e exposições produzidos pela Associação de Folclore local têm muito mais visibilidade em outras cidades do estado, sendo inclusive aplicados como material didático em escolas e até em universidades.

Apesar de tudo isso, homens, mulheres, crianças, jovens e idosos cachoeirenses, portadores desses fantásticos conhecimentos, continuam a manter a cultura que lhes foi herdada por seus antepassados. Mas o que os leva a isso? Sua fé, sua devoção e seu compromisso.

FÉ, DEVOÇÃO E COMPROMISSO

Fé, devoção e compromisso é o que identifica os mestres dos grupos de cultura popular. A função de mestre não passa necessariamente pelo critério da antiguidade, embora este seja muito relevante. Ser mestre é exercer uma liderança que, na maioria das vezes, é também espiritual. O mestre é aquele que vive segundo os valores que lhe foram legados por seus antepassados. Ele é o responsável por passar à sua comunidade todos os ensinamentos que recebeu. Os membros dos grupos estão afetivamente ligados aos seus mestres, e a eles devotam um respeito quase que religioso.

A devoção não é apenas uma característica dos mestres. Para ser palhaço de folia de reis, por exemplo, é preciso fazer uma promessa que deve durar sete anos. Para ser um flecheiro em um grupo de bate flechas de São Sebastião, deve-se ter muita fé no Santo, além de assumir o compromisso de cumprir todas as jornadas do calendário anual.

Fé significa confiança e é uma virtude de acordo com o conceito cristão. Ter fé é acreditar e ter confiança de que alguma coisa poderá mudar para melhor. E é ela uma das grandes marcas daqueles que participam desses grupos. Os foliões das Falias de Reis são devotos dos Três Reis Magos, os da Charola, de São Sebastião, assim como os flecheiros dos Bate Flechas. Já os caxambuzeiros normalmente são devotos, seja de São Sebastião, seja de São Jorge.

Para que a fé seja mantida é fundamental que rituais e festas aconteçam seguindo o calendário anual. Esses eventos são parte fundamental do processo de transmissão dos saberes e também da confirmação da fé de devotos e brincantes.

Os rituais acontecem segundo “regras” preestabelecidas, seja pelo costume do grupo, seja pela orientação do “guia espiritual”, que, normalmente, é manifestada pela “voz” do mestre, que na maioria das vezes também acumula a função de sacerdote. Ao serem constantemente repetidos e também ao receberem atualizações gradativas a cada geração, os ritos dão continuidade e passagem aos saberes tradicionais.

Ao separar o que é permitido do que é proibido incorporando algumas transgressões, os ritos buscam a ordenação do mundo. O rito opera “como movimento através do qual a sociedade controla o risco da mudança” (CANCLINI, 2001, p. 46).

Os ritos podem ser compreendidos como representações teatrais de fragmentos praticados nos atos de fé, com objetivo didático. Movimentos, gestos, cores, ritmos, sons, cheiros e sabores fazem parte do processo de transmissão de saberes e também de confirmação do compromisso de fé de homens e mulheres. Cristalizados, e, ao mesmo tempo, dinâmicos, são os ritos que transmitem segurança e “proteção” diante do mundo contemporâneo. Segundo Canclini (2001, p. 162), *“o patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e museus”*, e a festa é o momento máximo deste processo.

Para alguns grupos, como os de bate flechas de São Sebastião, a festa é o momento em que rituais, que normalmente acontecem no interior dos terreiros⁴, ganham as ruas do bairro interagindo com a comunidade. Para a folia de reis e para a charola, suas peregrinações — sejam no ciclo natalino (à noite), sejam no ciclo de São Sebastião (de dia) —, já são, por si só, a integração com a comunidade, uma vez que saem de “porta em porta” abençoando as famílias.

Mas é no arremate, no caso das folias, que todos são convidados a interagir com ela, e também com outros grupos coirmãos visitantes. Nas rodas de caxambu, que sempre acontecem ao ar livre, em locais privilegiados das comunidades, todos que estão à volta podem ser convidados a participar da roda. Mas o que todos esses folguedos têm em comum? A festa.

A festa que, entremeadada de devoção, tem em seus rituais de fé e no delicioso sabor das comidas tradicionais o seu ponto alto. Não existe festa popular sem comida farta! E todos os visitantes são convidados a participar. Com a comida se alimenta o corpo e os fortalece no axé com a fé.

³ Embora este seja um termo muito utilizado, colocamos entre aspas por compreendermos que os segmentos do turismo e da cultura são eminentemente compostos pela prestação de serviços.

⁴ A grande maioria dos praticantes de umbanda no sul do Espírito Santo prefere utilizar o termo “casa de oração” e não “terreiro” para designar seu espaço de culto.

CAXAMBU

O caxambu, folguedo que surgiu nas senzalas das fazendas cafeeiras da região, desde sua criação, possui duas funções: divertimento e resistência aos processos de tortura sofridos pelos negros escravizados.

Ao lado de uma fogueira, ao som do candango e do candongueiro – os tambores –, que eram acompanhados por palmas dos brincantes, os negros cantavam jongos que retratavam suas realidades, seus processos de resistência, e, ao mesmo tempo, tinham significados ocultos para seus algozes. Tendo “raiado a liberda-

de”, pós 1888, as rodas passaram a fazer parte do cotidiano dessas comunidades como divertimento. Qualquer motivo era pretexto para fazer uma roda de caxambu: casamento, aniversário ou festa do padroeiro.

Os três grupos hoje em atividade no município de Cachoeiro têm no dia 13 de maio sua festa máxima, quando recebem convidados e servem uma deliciosa feijoada. Nesse contexto, a festa do Quilombo de Monte Alegre é sempre a que ganha maior destaque e, por isso, será retratada nas imagens que se seguem.

AS FOTOS

A grande fogueira, elemento de ligação entre céu e terra (*págs. 14 e 15*), a afinação dos tambores no calor do fogo sob o olhar atento de Cumadi Ilinha – Adevalmira Adão – (*pág. 13*) ou sob a guarda de José Ricardo (*pág. 16, segunda foto*) e de Thaynara Tosta (*págs. 18 e 19*). O jongueiro testa a afinação dos tambores (*pág. 16, primeira foto*). E começa a roda. A mestra Maria Laurinda convida a todos a entrarem na roda (*pág. 23, segunda foto, e págs. 36 e 37*). Os tambores, comandados pela mestra Adevalmira Adão (*págs. 17 e 20*), são acompanhados pelas palmas (*págs. 34 e 35*) dos brincantes. Crianças e adolescentes são convidados a participar, fortalecendo desta maneira o ciclo de transmissão dos saberes tradicio-

nais do folguedo (*págs. 30 a 33*). O pequeno João Novaes, no colo da mãe, já começa a se familiarizar com o caxambu (*págs. 28 e 29*). A mestra Neuza Gomes Ventura (*pág. 27*) observa atentamente o movimento das meninas (*pág. 26*).

A mestra Maria Laurinda recebe seus convidados na festa do “Raiair da Liberdade”, no dia 13 de maio, em Monte Alegre (*pág. 21*). Companheiras de festa, as irmãs Ormyr (*pág. 22*) e Canuta Caetano (*pág. 23, primeira foto*), do caxambu de Vargem Alegre, e Rosimar Silva Domingos, do caxambu de Alegre (*pág. 25*), também entram na roda, que neste momento passa a ser comandada pelo mestre Pedro Paulo Caetano (*pág. 24*).



























FOLIA DE REIS

Tradição de origem italiana que chegou ao Brasil com os portugueses, mas que atualmente é mais difundida nas comunidades negras dos distritos e periferias das cidades.

O primeiro registro encontrado sobre a presença do folguedo em Cachoeiro data de janeiro de 1888, quando “o escravo Fabiano, pertencente ao Sr. Manuel Machado, foi preso, porque acompanhava um pagode de Reis” (NOVAES, 1963, p. 33). As tentativas de interdição governamental às manifestações da cultura popular no Brasil sempre aconteceram, como, por exemplo, a lei que proibia entrudo, noticiada na edição de 31 de janeiro de 1857 no jornal Correio da Victoria, que determinava, como castigo aos negros escravizados que desobedecessem, 25 açoites ou duas dúzias de palmatoadas. Apesar das constantes tentativas de interdição por parte das classes dominantes, essas manifestações continuavam a ocorrer.

No sul do Espírito Santo as folias são compostas por 12 foliões que representam os apóstolos de Jesus Cristo, e dois palhaços que, de acordo com a versão difundida por cada grupo, podem

significar os soldados que procuravam as crianças recém-nascidas na região de Belém para matar, a mando do rei Herodes, ou, em outra versão, os soldados que não aceitaram a ordem do rei e se disfarçaram para distrair os outros soldados para que Maria e José fugissem para salvar a vida do Menino Jesus.

Esses homens e mulheres, devotos dos Três Reis Magos, saem de casa em casa durante o ciclo natalino, que vai do dia 24 de dezembro, à meia-noite, ao dia 6 de janeiro, ao meio-dia, anunciando o nascimento do Menino Jesus e abençoando as famílias que os recebem. Sob o comando do mestre, que controla cada toada (música) e cada movimento dos foliões ao som de um apito, tendo à frente uma bandeira com a imagem dos Santos Reis, eles cumprem sua jornada e o compromisso com a anunciação do nascimento do Menino Jesus.

Ao final do ciclo natalino, os foliões se reúnem, sempre após o dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, para realizarem o arremate, que encerra o ciclo e prepara os foliões para o próximo ano.

AS FOTOS

O mestre Wilson Diniz, um dos mais jovens mestres do Espírito Santo, comanda a Folia de Reis Missão Divina de Burarama (pág. 48), que, desde sua origem, contou com muitas crianças e jovens, como são os casos de Otávio Moraes Oliveira (pág. 44), Antônio Paula da Silva (pág. 45) e Luciano Almeida Silva (pág. 47, segunda foto). Em Burarama, Dona Maria de Lourdes Aguiar, assiste atentamente a jornada da Folia de Reis Estrela do Mar (págs. 50 e 51), uma das mais antigas folias em atividade no município, originalmente comandada pelo saudoso mestre João Inácio, que foi sucedido pelo mestre Rogério

Vieira Machado (pág. 41), que ostenta a faixa original de seu antigo mestre (pág. 49). José Luiz Souza (pág. 47, primeira foto) porta a bandeira (pág. 46), objeto sagrado que abre os caminhos das folias de reis durante suas jornadas. Os foliões Carlos de Andrade (pág. 39) e Jorge de Oliveira (pág. 40) observam atentamente os comandos de seu mestre Rogério.

Nas fotos da página 43, observamos detalhes da indumentária de palhaços de folia de reis, que são aqueles que fazem a segurança dos foliões. Já na foto da página 42, a fé e a devoção dos foliões da folia de reis de Jerônimo Monteiro.















CHAROLA DE SÃO SEBASTIÃO

Tradição cultural, que de acordo com a tradição oral chegou ao Brasil com os portugueses, a Charola de São Sebastião tem como objetivo contar a vida e o martírio de São Sebastião, o "Santo mártir guerreiro".

No dia 6 de janeiro, ao meio-dia, 16 foliões iniciam sua peregrinação após a reza da ladainha na Casa de Oração São Sebastião, da comunidade rural de Jacu. Após as orações, o grupo sai peregrinando de casa em casa pelas comunidades rurais vizinhas anunciando o martírio de São

Sebastião e abençoando as casas onde é recebido.

Violão, cavaquinho, bumbo, caixa, pandeiro, triângulo e acordeão acompanham as toadas que iniciam com a chegada na casa: *"Meu senhor dono da casa, ai, ai... escutai nobre senhor, ai, ai... na chegada em sua casa, ai, ai... São Sebastião martizador, ai, ai..."*. Depois, os foliões cantam a entrada da bandeira na casa, agradecem a oferta recebida pela bandeira e a alimentação ofertada ao grupo, despedindo-se cantando a vida e o martírio de São Sebastião.

AS FOTOS

Sob o comando do mestre e líder espiritual Izaías Quirino da Silva (pág. 53), o grupo sai em peregrinação, tendo sempre à frente o bandeireiro Joaquim José de Oliveira (págs. 54 e 55), ou, então, a bandeireira e requinteira Marilza da Silva Martins (pág. 62). Acompanhados pelos violões (pág. 61) e pela sanfona de Geziel Quirino da Silva (pág. 56), todos, com muita devoção ao Santo, como

Erotildes Pereira da Silva (pág. 57), cumprem sua jornada.

Ao final da jornada, no dia 20 de janeiro, ao meio-dia, os foliões fazem a entrega da bandeira, encerrando o ciclo e preparando-se para o que será iniciado no próximo ano (págs. 58, 59 e 63). Nas imagens da página 60 observamos detalhes da indumentária da Charola.













BATE FLECHAS DE SÃO SEBASTIÃO

São Sebastião, soldado romano ou “caboço flecheiro”, de acordo com as várias versões difundidas pelos terreiros de umbanda de Cachoeiro, é quase sempre um dos principais padroeiros dessas casas de oração, que também cultuam outros santos populares, como São Jorge, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição e São Cosme e São Damião. Segundo os mestres, o bate flechas é parte do ritual de cura e expiração que acontece nesses espaços sagrados.

Os grupos são divididos entre os flecheiros sempre em número par — que são aqueles que manuseiam as flechas em movimentos cadenciados conforme o ritmo da música que está sendo tocada —, e os músicos que acompanham o grupo com instrumentos de sopro, como trompete, trombone, bombardino, entre outros. Tradicionalmente os gru-

pos utilizavam flautas de taquara, tradição que foi se perdendo com o tempo. O grupo é comandado pelo mestre ou pela mestra, normalmente a principal liderança espiritual da casa de oração, que leva a bandeira, posicionada sempre à frente da jornada.

O ritual normalmente acontece no interior dos espaços de culto em torno de um cruzeiro ou altar dedicado a São Sebastião, sendo que somente nos dias de festa é que o grupo sai em procissão pelas ruas das comunidades — normalmente bairros periféricos da cidade ou comunidades da zona rural. A festa em louvor ao padroeiro da casa é marcada pela música, fogos, comida farta e grande quantidade de jornaleiros (aqueles que cumprem a jornada, ou seja, que cumprem o compromisso religioso de realizar as peregrinações nas festas dos padroeiros das casas de oração coirmãs às suas).

AS FOTOS

Dona Augusta Batista da Silva retira suas flechas que estão depositadas aos pés do cruzeiro dedicado a São Sebastião (pág. 67, primeira foto). Flecheiros e músicos se preparam para iniciar a jornada (págs. 68 e 69). Fé ao Santo mártir guerreiro é a marca do folguedo (págs. 70 e 71).

Com as flechas posicionadas no chão, os fle-

cheiros preparam-se para iniciar a dança (págs. 72 e 73), que somente começa com o comando do mestre ou da mestra e ao som da banda (págs. 65 e 66). A Mãe de Santo Terezinha de Jesus de Oliveira Francisco comanda o grupo de Bate Flechas de São Sebastião do Centro Espírita São Jorge Guerreiro, do Bairro Zumbi, em Cachoeiro (pág. 67, segunda foto).











FÉ

É na fé e na devoção no rico panteão de santos e guias de luz que se ancora nossa cultura popular. Saberes e fazeres passados por meio da oralidade pelas velhas gerações vão sendo, aos poucos, reinventados, adaptados e ressignificados pelas gerações mais novas. Vão ganhando novos contornos e adaptando-se ao novo mundo que se descortina a cada dia. Vão hibridizando-se cada vez mais com os contatos interculturais e as diferenças geracionais. Embora pareça contraditório, continuidade e mudança são suas marcas.

Homens, mulheres, jovens e crianças, que, por acreditarem em um ser superior que comanda suas vidas, assumem compromi-

sos que marcarão profundamente suas vidas e a vida daqueles que os cercam. Assim a cultura se mantém e se reinventa. A despeito das marcas que são impressas nas peles dessas pessoas pelo preconceito — que, cada dia mais, tem gerado todos os tipos de intolerâncias —, a força que se produz no conjunto forma o chão para a caminhada.

Buscamos aqui apenas registrar em imagens alguns dos momentos de fé; mas as imagens não se movimentam, não emitem som, cheiros, paladar... Na verdade, nossa intenção é convidá-lo a conhecer cada uma dessas expressões de perto. Seja bem-vindo às mais autênticas manifestações de nossa brasilidade, seja bem-vindo ao Brasil real.

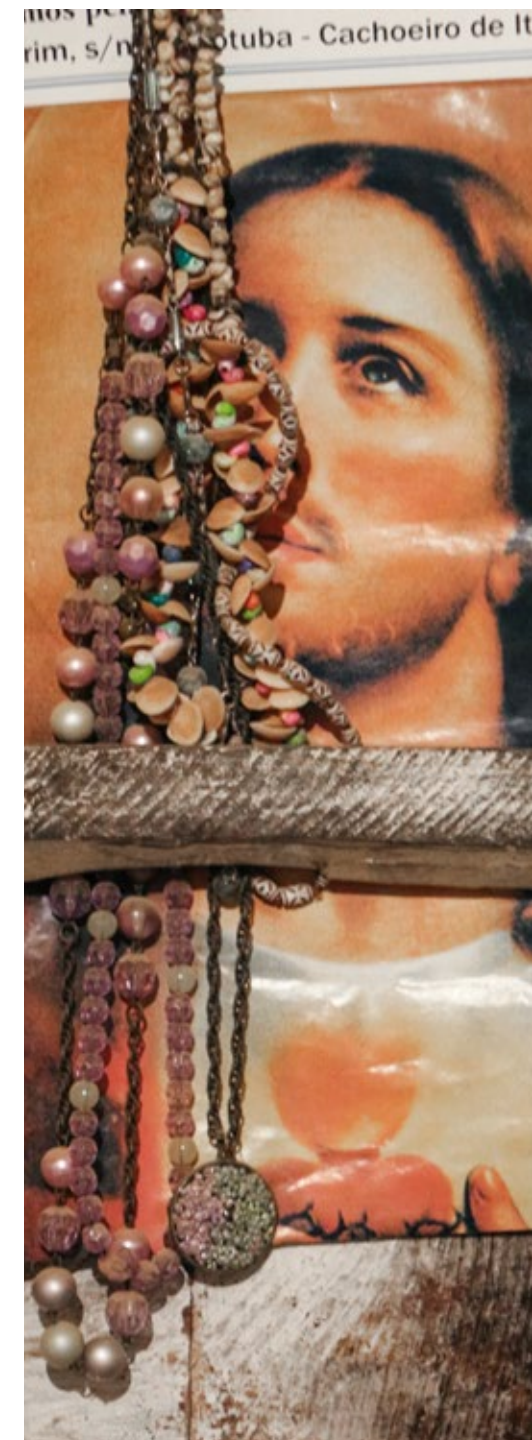
AS FOTOS

A Mãe de Santo Maria Laurinda Adão em vários momentos de devoção, seja em visita ao Santuário Imaculada Conceição (págs. 82 e 83) ou na Catedral de Santiago, no Chile (págs. 84 e 85), seja cumprindo suas obrigações sempre ao lado de sua irmã Adevalmira Adão Felipe no Centro Espírita São Jorge no Quilombo de Monte Alegre (págs. 90, 91 e 93), sempre com os pés no chão como sinal de respeito pela terra (pág. 92).

A menina Rakelly Amarin é batizada no Centro Espírita São Jorge Guerreiro (págs. 86 e 87), mesmo local onde a Mãe de Santo Terezinha de Jesus de Oliveira Francisco comanda os trabalhos (pág. 88).

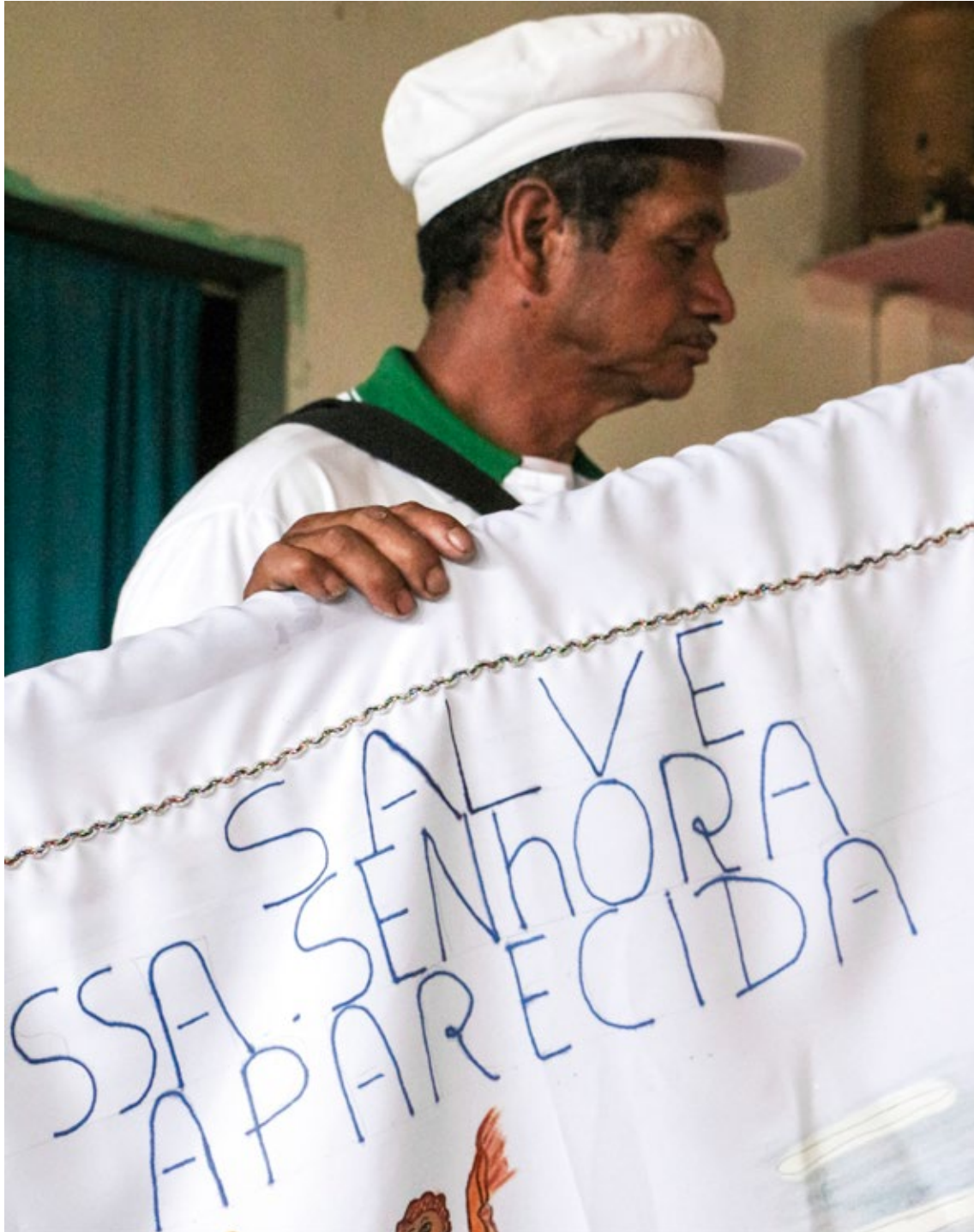
Pai de Santo Roberto Carlos Alves da Silva (pág. 94), Augusta da Silva Batista (pág. 76) e Maria Cândida Eufrásia (pág. 96) em momento de concentração.

Devoção da Mãe de Santo Maria Cândida Eufrásia (pág. 77) ao “Santo Mártir Guerreiro” e do mestre Izaías Quirino da Silva à Nossa Senhora Aparecida (págs. 80 e 81). O jornalista segura a bandeira com a imagem do Menino Jesus de Praga, objeto de devoção de casa de oração no bairro Zumbi (págs. 78 e 79). É nos pequenos detalhes que podemos observar a devoção de homens e mulheres de fé (págs. 75, 89, 90 e 95).



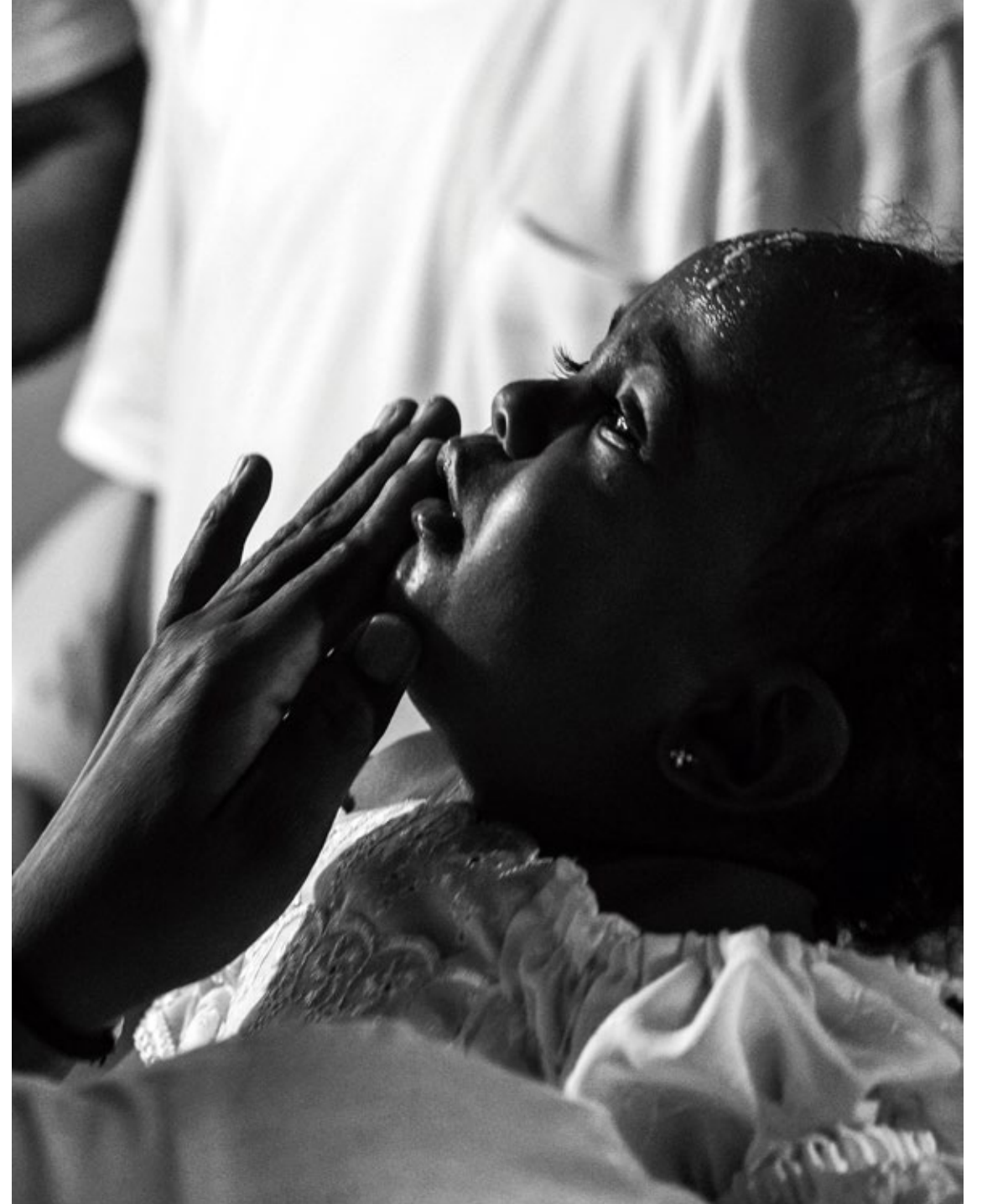






















PALAVRA FINAL

Qual é o lugar da cultura popular na contemporaneidade? Essa não é uma questão simples, mas necessária de ser respondida. Se é a cultura que nos identifica como nação, mesmo que os processos de transmissão sejam frutos de hibridizações culturais aos modos de Canclini (2013), ela deverá ser preservada como importante elemento identitário nacional.

Mas o que fazer quando o mercado, na maioria das vezes patrocinado pelo Estado, sequestra esses bens através da industrialização do patrimônio simbólico? Ou quando esses bens perdem seu vínculo comunitário e, com isso, desaparecem?

Talvez essas questões não possam ser respondidas com facilidade por estarmos

vivendo esse momento histórico, e por ainda não termos o distanciamento necessário para isso. Mas o que podemos afirmar é que novos e contínuos processos de hibridização acontecerão e, a despeito do temido processo de globalização, novas identidades surgirão. Mas uma coisa é certa: *"Só seremos modernos se formos nacionais"* (ORTIZ, 1988 p. 34), e só seremos nacionais se preservarmos nosso patrimônio — seja ele material ou imaterial.

Na imagem a seguir, a criança do Centro Espírita Santa Catarina e São Sebastião caminha sozinha pela rua do bairro Zumbi, apenas iniciando sua jornada de fé e de compromisso. São as crianças que garantirão a continuidade dos saberes e fazeres do rico patrimônio imaterial brasileiro.



REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Louis (1807-73). *A journey in Brazil*. Boston, s.e., 1868.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhring. A formação da cultura popular maranhense. Algumas reflexões preliminares. In: NUNES, Izaurina de Azevedo (Org). **Olhar, Memória e Reflexões Sobre a Gente do Maranhão**. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2000/decreto-3551-4-agosto-2000-359378-norma-pe.html>. Acesso em 4 de fevereiro de 2017.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. **Carta do Folclore Brasileiro**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>. Acesso em 1º de fevereiro de 2017.

CRUZ, Cícero Ferraz. **Fazendas do Sul de Minas Gerais**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.

FERRETTI, Sergio. Folclore e Cultura Popular. In: NUNES, Izaurina de Azevedo (Org). **Olhar, Memória e Reflexões Sobre a Gente do Maranhão**. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

NOVAES, Maria Stella. **A escravidão e a abolição no Espírito Santo**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1963.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

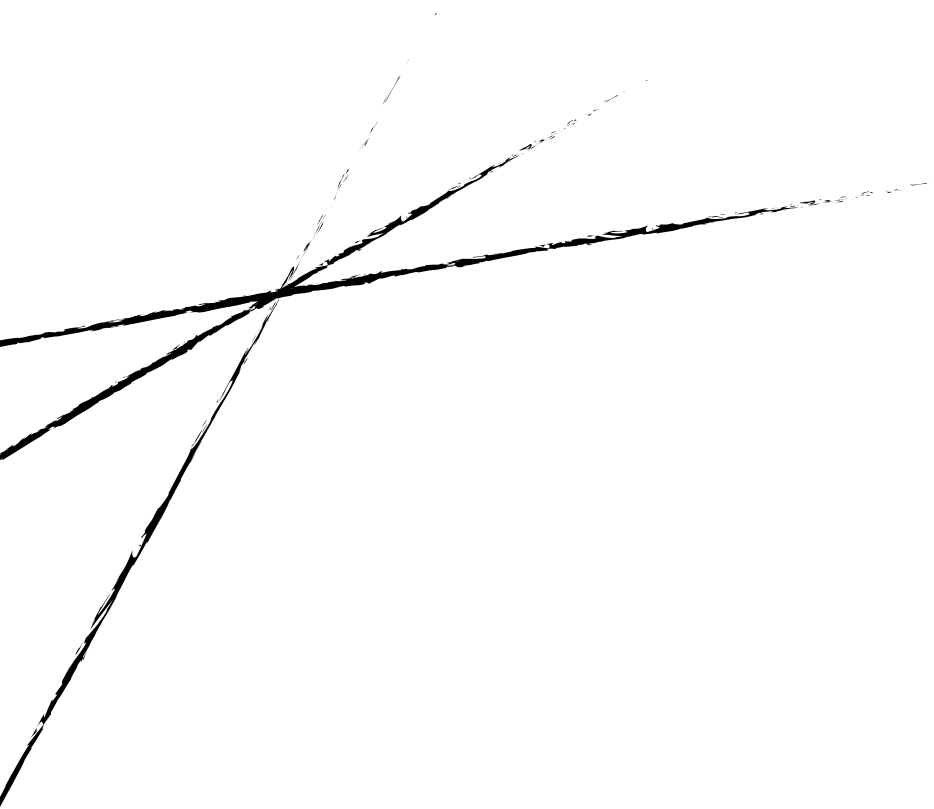
SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das raças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Joaquim Marques. Entrudo. **Correio da Victoria**, 31 de janeiro de 1857. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218235&PagFis=941&Pesq=entrudo>. Acesso em 18 de setembro de 2018.



OBRIGADO!

Agradecemos aos nossos familiares, amigos e parceiros — enfim, a todos aqueles que, mais uma vez, acreditaram na seriedade do nosso trabalho e no compromisso que temos com a cultura de nosso povo. Muito obrigado a Alexsandro Rodrigues, pela leitura atenta do texto, e à jornalista Sara Moreira, pela minuciosa revisão final da obra. Obrigado também aos mestres da cultura popular, à Associação de Folclore de Cachoeiro e à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, que, por meio da Lei Rubem Braga, patrocinou esta publicação.



O QUE A GENTE SABE É MUITO BOM DIVIDIR COM OS OUTROS.

Maria Laurinda Adão

Este livro foi produzido
por intermédio da Lei
Municipal de Incentivo à
Cultura "Lei Rubem Braga"



Apoio



Apoio cultural

